

**COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL
E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO N.º
(Do Sr. Dep. RAIMUNDO SANTOS)**

Requer a realização de reunião de audiência pública, a fim de discutir a situação dos **PORTOS DO PARÁ**.

Senhor Presidente:

REQUEIRO a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do Art. 255, do Regimento Interno, que ouvido o Plenário, se digne adotar as providências necessárias à realização de audiência pública nesta Comissão, com a presença dos representantes do Governo do Estado do Pará, do Ministério dos Transportes, da Companhia Docas do Pará – CDP, da Federação das Indústrias do Estado do Pará – FIEPA, da Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental – AHIMOR e da Administração da Hidrovia Tocantins/ Araguaia – AHITAR, para participarem da discussão sobre os Portos do Pará.

JUSTIFICATIVA

Os portos do Pará movimentaram um total de 1.138.280 toneladas de cargas durante o mês de janeiro de 2004. Esse número supera em 17,7% o volume de cargas operado no mesmo mês do exercício anterior, que foi de 967.083 toneladas. No período de janeiro a dezembro de 2003, foram registradas 12.716.664 toneladas, superior em 35,18% ao constatado no mesmo período de 2002, que foi de 9.406.979 toneladas.

Diante dos dados acima e considerando o flagrante crescimento das exportações escoadas pelos portos do Estado do Pará em 2003 – que foram de U\$ 2,67 bilhões, representando 17,5% da balança comercial – torna-se necessário discutir a estrutura desses portos, visto não oferecem condições mínimas para atender a demanda de embarque. Essa limitação, ocasiona enormes problemas de espera e elevados custos operacionais, além da carência de mobilidade necessária ao volume que opera o mercado exportador da região amazônica, em especial o do Estado do Pará.

Por outro lado, faz-se necessário discutir a elaboração de diretrizes que estabeleçam uma **política portuária**,

baseada no desenvolvimento sustentável e na justiça social de distribuição de renda para os diversos segmentos produtivos da região.

Há de se considerar, que durante os oito anos do governo FHC, apenas R\$ 13,5 milhões foram disponibilizados para aplicação nos 10 portos administrados pela Companhia das Docas do Pará, enquanto que para os portos concorrentes de Pernambuco, Ceará e Maranhão, foram investidos R\$ 173, R\$ 352 e 200 milhões, respectivamente.

Na realidade, o que se verifica nos portos do Pará é uma concorrência sinistra entre o abandono e a falta de infra – estrutura. No porto da SOTAVE, por exemplo, constata-se o descaso: há 17 anos paralisado, sem perspectiva de soerguimento, um prejuízo a olhos vistos para o Pará e para o Brasil.

No que tange à falta de infra – estrutura, o porto de Belém apresenta-se obsoleto para operar na contemporaneidade. Não bastasse isso, a sua expansão é cerceada por graves obstáculos face aos bairros que o conformam. Por fim, o porto de Vila do Conde, a exemplo do de Belém, também sofre com a

limitação de suas atividades, haja vista a restrição de acesso, ocasionada pelo bloqueio do rio Tocantins (barragem de Tucuruí).

Os problemas observados nos portos do Pará se assemelham aos demais do sistema portuário brasileiro: falta de acesso e precariedade de infra-estrutura. Esta situação, segundo estudos técnicos realizados pela Federação das Indústrias do Pará – FIEPA, pode ser solucionada com a injeção de recursos da ordem de R\$ 120,5 milhões, assim distribuídos: Portos de Belém (R\$ 35 milhões), Vila do Conde (R\$ 49,5 milhões), terminal de Miramar (R\$ 20 milhões), porto de Santarém (R\$ 10 milhões), porto da SOTAVE (R\$ 5 milhões) e R\$ 1 milhão para custear os estudos de viabilidade técnica e econômica do Superporto da TIJOCA, no município de Curuçá.

As exportações, segundo a FIEPA, crescem cerca de 20% ao ano e, com elas, crescem também as dificuldades para o atendimento da demanda, ocasionando inevitável estrangulamento nos embarques.

Com a futura implantação da Hidrovia Tocantins/Araguaia, que certamente carregará para os portos do Pará expressiva quantidade de grãos, minérios, carne e seus derivados,

além de outros produtos oriundos do agronegócio – que constam da pauta de exportações paraense – torna-se visível e preocupante a obstrução das atividades de exportação, caso o governo federal não venha observar as necessidades prementes da reestruturação portuária no estado do Pará.

Não se pede que o Pará seja beneficiado com fomentos do governo federal, em detrimento dos demais estados da federação.

O que se quer, é registrar a necessidade, urgente, por parte do governo federal, de injeção de recursos para a reestruturação dos portos no estado do Pará.

O Pará, que no ranking nacional dos estados exportadores ocupa o patamar de 3º lugar em termos relativos, e 6º em termos absolutos, só tende a contribuir muito mais para a economia nacional, bastando, para tanto, que o governo federal dispense a atenção ora reclamada.

Sala da Comissão, em 04 de maio de 2004

RAIMUNDO SANTOS
Deputado Federal PL-PA